

Comissão terá 45 dias para propor reforma política

Doze senadores e três senadoras assumem hoje, ao meio-dia, a tarefa de reunir as propostas de mudanças político-eleitorais que tramitam no Congresso Nacional e elaborar anteprojeto a ser examinado pela Casa



Francisco Dornelles, que presidirá a comissão, defende o chamado "distritão"

A Comissão de Reforma Política será instalada em reunião no Plenário. Foram convidados o presidente da comissão que examina a mudança no Código Eleitoral, ministro Dias Toffoli, do STF; o vice-presidente da República, Michel Temer; e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O colegiado terá 45 dias para apresentar o relatório dos trabalhos. **4 e 5**



Sarney: momento é favorável a mudanças nas regras da representação política

Mobilização em favor dos direitos dos deficientes

Parlamentares, representantes do Executivo, do Ministério Público e da sociedade civil defenderam ontem a criação no Senado de comissão especial destinada a tratar da implementação de direitos das pessoas com deficiência. **7**



Ao lado de Moisés Bauer, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Lindbergh Farias (E) dirige reunião

CCJ vota amanhã criação de cargos de perito do INSS **2**

Ana Rita: pena alternativa no caso de furto pequeno **2**

Treze projetos dependem de instalação da CRA **2**

Governadores apoiam nova Subcomissão do Nordeste **8**



Senado se prepara para a votação do mínimo

Governistas pretendem manter os R\$ 545 aprovados pela Câmara. Oposição retomará valores rejeitados. **3**

Relator, Jucá (E) defende texto aprovado na Câmara; Alvaro Dias e Agripino preparam emendas

Projeto do Executivo, que depois vai ser examinado pelo Plenário, também abre 624 cargos em comissão e funções gratificadas no órgão público

CCJ vota criação de 500 cargos de perito do INSS

NA PRIMEIRA REUNIÃO da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para votação de matérias desta legislatura, marcada para amanhã, às 10h, os senadores analisam projeto que cria 500 cargos efetivos de perito médico para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O projeto de lei do Executivo (PLC 178/10), que será posteriormente votado em Plenário, propõe também a criação de outros 624 cargos em comissão e funções gratificadas para o órgão.

Favorável à proposta, o relator e líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), diz que a criação dos cargos em livre provimento "é fundamental para ampliar a cobertura do INSS e assegurar o melhor atendimento aos cidadãos que necessitam dos importantes serviços disponibilizados pela autarquia". Quanto aos cargos de perito médico, Jucá afirma que representam o fortalecimento da categoria e o melhor atendimento à população.

Relógios de energia

Entre os dez itens que constam da pauta, também está proposta que obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais que quiserem obter o desconto a que têm direito na atividade de irrigação e aquicultura (PDS 787/09). Atualmente, pela regulamentação, os custos cabem aos próprios produtores rurais.

Magno Malta (PR-ES), autor do projeto, pede o fim dessa obrigatoriedade. Emenda da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) obriga as concessionárias de



Posto do INSS: relator Romero Jucá diz que criação dos cargos de livre provimento é fundamental para ampliar e melhorar o atendimento aos segurados

energia elétrica a instalarem os equipamentos.

Também poderá ser examinada pela CCJ proposta (PLS 517/07) que modifica o cálculo do valor das indenizações, por danos morais e materiais, devidas aos anistiados políticos.

Entre outras mudanças, o projeto do ex-senador Expedito Junior deduz dos valores relativos aos danos materiais alegados pelos anistiados aqueles auferidos em atividade remunerada exercida durante o período dos mencionados prejuízos que dizem ter sofrido em decorrência do regime militar.

Para o relator, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), a dedução é justa. Já votado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o projeto tramita terminativamente na CCJ.

Outro projeto que está na pauta da CCJ de amanhã prevê mudanças nas regras para calcular o Imposto de Renda sobre

venda de imóveis, para que esse cálculo deixe de ser problema para o contribuinte. A proposta (PLS 146/10) prevê novo índice de correção de preços para cálculo da valorização de um imóvel no momento da venda e, em decorrência disso, do ganho de capital obtido na operação.

Segundo o autor da proposta, o então senador Eduardo Azevedo, esse novo índice reflete melhor a real inflação incidente entre a compra do imóvel e a sua venda – atualmente calculada com índice constante de aproximadamente 4%. Para o senador, a melhor alternativa é "simplesmente permitir a aplicação de um índice de correção de preços que reflita a variação efetivamente ocorrida".

Para o relator Francisco Dornelles (PP-RJ), a proposta é justa, pois o Imposto de Renda deve incidir sobre "um real acréscimo patrimonial". O projeto será ainda examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Treze projetos na CRA aguardam pela indicação de relatores

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aguarda a indicação dos futuros integrantes para iniciar suas atividades nesta legislatura. Depois que a comissão for instalada, serão indicados os relatores dos 13 projetos de lei que tramitam na CRA.

Entre eles, está o projeto do ex-senador Jefferson Praia que regulamenta a concessão do adicional de penosidade. O benefício está previsto na Constituição, mas ainda não foi regulamentado.

De acordo com a proposta (PLS 460/09), são consideradas atividades ou operações penosas "aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, submetem o trabalhador à fadiga física, mental ou psicológica".

O projeto estabelece que a execução de trabalho nessas condições obriga o pagamento de adicional de 10%, 20% ou 40% do salário do empregado,



Ex-senador Jefferson Praia é autor de projeto sobre adicional de penosidade de acordo com o enquadramento da penosidade – grau mínimo, médio ou máximo.

Ao justificar a proposta, Jefferson Praia apontou o aumento dos encargos sociais para os empregadores como um dos fatores que impede a concessão do adicional de penosidade. A confusão na definição do que seja penosidade e insalubridade também contribui, na visão do autor do projeto, para o adiamento de sua concessão.

Ana Rita quer pena alternativa por furtos de pequeno valor

O Código Penal pode ser alterado para estabelecer penas alternativas nos casos de furto de pequeno valor quando o acusado for réu primário, ou seja, sem condenação anterior. A medida é prevista em projeto de lei da senadora Ana Rita (PT-ES) que se encontra em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta sugere uma das seguintes alternativas: admoestação verbal, prestação de serviços comunitários e frequência a programa ou curso educativo, nesses dois casos, por período de até um ano.

A iniciativa da senadora tem por base o "princípio da insignificância", que se refere aos crimes de pouca relevância social e que resultam em reduzido dano a bem alheio. Mas não há no Código Penal nenhum dispositivo que autorize o juiz a absolver quem cometa delitos com essas características, também chamados de "crimes de bagatela".

Na prática, no entanto, muitos magistrados já optam por penas alternativas.

Para Ana Rita, as penas alternativas possuem maior efetividade nesses casos em comparação com o "puro encarceramento". Além disso, ela argumenta a necessidade de "aliviar a pressão" sobre o sistema carcerário, a seu ver já bastante inchado pela crescente entrada de condenados. Por isso, entende que apenas os crimes realmente "ofensivos à sociedade" devam ser combatidos com penas de reclusão.

Na justificativa do projeto (PLS 44/11), Ana Rita afirma que o pequeno furto deve ser combatido. Porém, avalia que o encarceramento pode produzir resultado reverso, ao se colocar pessoas sem total comprometimento moral em contato com o que ela define como "reais criminosos", em celas superlotadas. Isso, observa a senadora, só iria prejudicar a desejada recuperação dessas pessoas, além de



Proposta de Ana Rita tem por base o chamado princípio da insignificância

contribuir para que as prisões se transformem em "barris de pólvora".

Ana Rita observa ainda que a mudança de tratamento jurídico nesses casos é defendida pela Pastoral Carcerária, da Igreja Católica. Ela cita o caso de uma mulher presa em flagrante por mais de um ano pela tentativa de furto de um frasco de xampu e de um condicionador.

A defesa da acusada foi feita pela advogada voluntária Sonia Regina Arrojo e Drigo, em nome da pastoral. Na época, ela argumentou que não se tratava de pessoa perigosa, que usa arma e agride. Portanto, não seria uma questão penal, mas social.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Serviço de registro civil

14h Na pauta, projeto que obriga os serviços de registro civil a comunicarem às secretarias de Segurança Pública os óbitos registrados. Também pode ser votado requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) para que o Tribunal de Contas da União realize auditoria nas obras de reforma do Palácio do Planalto.

Presidência Comissão de Reforma Política

12h O senador José Sarney participa de instalação da Comissão de Reforma Política. Às 15h, encontra-se com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Às 15h30, recebe o presidente da Globe International, Lord Deben, acompanhado do senador Cícero Lucena. Às 16h, preside a sessão plenária.

Comissão Início dos trabalhos

12h Instalação da Comissão de Reforma Política, com eleição do presidente e do vice-presidente e indicação do relator.

Diploma Diploma Bertha Lutz

14h O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz se reúne para eleição do presidente e vice-presidente.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Relator, Romero Jucá anuncia que vai manter texto aprovado pelos deputados, e bancadas do PSDB e do DEM se reúnem para decidir como atuarão

Mínimo: governo e oposição definem estratégias

GOVERNO E OPOSIÇÃO definem hoje suas estratégias para a votação, amanhã, do salário mínimo de R\$ 545. Serão duas votações: pela manhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e à tarde, no Plenário.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse ontem que devem ser feitas três votações nominais: as das emendas que fixam o mínimo em R\$ 560 e em R\$ 600 e a da emenda que acaba com a possibilidade de fixar por decreto os mínimos de 2012 a 2015.

Relator do PL 382/11, Jucá antecipou que, em princípio, deve manter o texto aprovado pelos deputados no dia 16 de fevereiro.

Já o líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), anunciou para as 14h30 de hoje reunião com a bancada para discutir duas emendas: a que eleva o mínimo a R\$ 600 e a que veda a possibilidade de fixação do valor do salário por decreto presidencial.

Também o líder do DEM, senador José Agripino (RN), deve reunir sua bancada hoje para



Líder do governo Romero Jucá: emendas vão exigir três votações nominais

acertar a posição do partido, que pode tentar resgatar no Senado a emenda, rejeitada pela Câmara, que estabelecia o valor de R\$ 560.

Antecipação

Outra emenda, apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), pretende incorporar ao valor do salário mínimo deste ano uma antecipação parcial do reajuste que será concedido em 2012.

Essa antecipação, segundo Paim, deve ser de 2,75%, mais a variação do Índice Nacional de

Preços ao Consumidor (INPC) já assegurada no projeto original. A intenção de Paim é garantir ao mínimo de 2011 algum aumento real, pois a regra vigente (reajuste pela inflação mais a taxa de crescimento da economia) foi prejudicada pela variação negativa do produto interno bruto (PIB) de 2009. Se for aprovada essa antecipação, o salário mínimo passará a ser de R\$ 560.

Questionamento

O projeto também acaba



José Agripino diz que o DEM pode resgatar valor de R\$ 560, rejeitado pela Câmara

com a obrigação do Executivo de submeter ao Legislativo, anualmente, proposta fixando o valor do mínimo. Um decreto presidencial divulgará a cada ano os valores mensal, diário e horário do salário, com base na fórmula definida (variação do INPC mais taxa de crescimento do PIB).

Na Câmara, houve questionamento quanto à constitucionalidade desse dispositivo, porque a Constituição inclui entre os direitos dos trabalhadores o de receber "salário mínimo, fixado

em lei, nacionalmente unificado". Os deputados rejeitaram o destaque que visava a supressão do artigo 3º do projeto.

Supremo

No Senado, a oposição voltou a questionar o artigo 3º e ameaçou, caso perca em Plenário, levar o assunto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Para muitos senadores, o Congresso Nacional não pode abrir mão da prerrogativa de discutir e fixar anualmente o salário mínimo.

Mais importante é a regra de correção do piso salarial, diz Vanessa Grazziotin



Vanessa Grazziotin lembra que pela primeira vez o Brasil terá uma política clara para o reajuste

Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a aprovação da regra de correção do salário mínimo é até mais importante que a aprovação do valor do piso em R\$ 545. As duas medidas estão previstas no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada e que deve ser votado amanhã pelo Senado.

– Será a primeira vez que teremos uma regra clara para isso – observou.

O projeto transforma em lei – com validade até 2015 – um acordo firmado em 2007 entre o governo e as centrais

sindicais. O pacto vem sendo cumprido desde então, mas sem que houvesse uma norma que o garantisse formalmente.

Pelo acordo, o salário mínimo é calculado a partir de dois fatores: a inflação do ano anterior e o crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes.

– Se fosse outro presidente que não a presidente Dilma, não sei se teríamos a oportunidade de votar isso. Aliás, dou minha opinião política: não estaríamos votando isso – afirmou.

Vanessa Grazziotin comentou que "o capital financeiro não está nem um pouco satisfeito com essa regra". Ela lembrou que o candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, havia prometido um mínimo de R\$ 600 para este ano.

– Eu acredito que ele elevaria o piso para R\$ 600 se tivesse vencido. Mas como ficaria o mínimo em 2012? E em 2013? E em 2014? E em 2015? – questionou.

Vanessa Grazziotin também apontou desafios que, segundo ela, terão de ser enfrentados pela presidente Dilma Rousseff. Um deles seria a "inversão da lógica da política macroeconômica, principalmente no que se refere às altas taxas de juros e ao câmbio sobrevalorizado".

Outro desafio seria o aprofundamento das relações internacionais do país, nos moldes definidos na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

Marisa critica governo por "debitar a conta nas costas dos trabalhadores"

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu ontem a proposta do seu partido de um salário mínimo de R\$ 600. Ela lembrou que, até o final do ano passado, a propaganda oficial do governo petista era "vamos gastar e consumir à vontade porque a política de ganhos reais de salário vai permanecer" e lamentou que, na hora do ajuste fiscal, a conta tenha sido enviada de novo para os trabalhadores.

– Mais uma vez debitam-se nas costas dos trabalhadores os erros cometidos no passado. A proposta do governo de estabelecer o salário mínimo em R\$ 545 é a velha lógica de jogar nas costas dos mais fracos o ajuste das contas públicas. Esse descontrole é consequência da irresponsabilidade e da imprevidência daqueles que tinham como meta vencer eleições a qualquer preço – afirmou.

Marisa Serrano assinalou que o salário mínimo proposto pelo governo terá uma defasagem de valor em relação à inflação de 1,3% no momento em que chegar às mãos do trabalhador. Diante disso, ela afirmou que o governo não poderá sustentar o discurso de que está fazendo uma política de combate à pobreza.

– Não se trata apenas de uma contradição, mas de uma perversidade inominável com os trabalhadores e aposentados. É mais fácil cortar dos trabalhadores do que ir ao cerne da questão, reduzindo mordomias, cargos comissionados, gas-



Marisa afirma que governo não quer cortar na própria carne e reduzir "despesas inúteis"

tos abusivos de custeio, despesas inúteis de uma estrutura administrativa pesada e ineficiente, além de tantas outras despesas que fazem parte do dia a dia do governo – afirmou a senadora.

Marisa Serrano lembrou que, no Brasil, 47 milhões de aposentados e trabalhadores da ativa recebem salário mínimo. Os aposentados e pensionistas que recebem o mínimo totalizam 18,7 milhões. Ela disse que os dados demonstram que o assunto é de extrema importância para ser decidido exclusivamente pelo Poder Executivo.

Tempo de rádio e TV destinado às coligações poderá ser restringido

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou um projeto de lei que restringe o tempo de propaganda em rádio e televisão destinado aos candidatos de coligações partidárias. O projeto (PLS 29/11) exclui do cálculo o tempo correspondente às legendas que, apesar de integrarem a coligação,

não têm candidatos ao cargo disputado.

O senador afirma que, dessa forma, os candidatos a presidente, governador e prefeito só poderiam somar o tempo do seu partido ao tempo do partido do candidato a vice – desde que este último pertença a outra agremiação, sem

somar a tal tempo aquele que eventualmente decorreria de outros partidos que participam da coligação, como ocorre atualmente.

Ele observa que a medida afetaria os senadores. Nesse caso, o tempo somente poderia ser acrescido dos minutos da agremiação do candidato

a suplente, desde que proveniente de outra legenda.

Alvaro Dias diz que seu objetivo é "retirar incentivos para eventuais negociações pouco republicanas (...) que visam tão somente à ampliação do tempo de propaganda de um determinado candidato". Além disso, ele argumenta que

a medida impediria a "colonização" do tempo de algumas legendas pelo de outras que possuem candidatos.

– Esse projeto contribui para a reforma política – avalia o senador. A matéria tramita agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda relator.

INFORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Há 15 anos o **Jornal do Senado** retrata, de forma imparcial e objetiva, tudo o que acontece no Senado. As atividades do Plenário, das comissões, da Presidência, do Congresso, das lideranças e dos órgãos da Casa são mostradas, em texto sucinto, nas edições que circulam de segunda a sexta-feira e também na internet. É a transparência da informação que ajuda você a exercer sua cidadania.



JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Vanessa Grazziotin • Vital do Rêgo • Cícero Lucena

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 CEP: 70.165-920

Paulo Paim elogia diretrizes e ações do governo Tarso Genro

O senador Paulo Paim (PT-RS) enumerou as diretrizes e as ações do governo Tarso Genro, no Rio Grande do Sul, afirmando que o governador comanda "um grande projeto de desenvolvimento".

Entre as características em que se baseia o governo gaúcho, destacam-se, segundo o senador, o desenvolvimento econômico, modernização, inovação, políticas sociais inclusivas, democracia participativa, transparência, intercâmbio internacional com a União Europeia e o Mercosul, cultura política baseada no debate e no diálogo, unidade política programática popular e transversalidade das ações, atividades e programas.

Além disso, afirmou o parlamentar, o governo Tarso Genro valoriza o desenvolvimento das microrregiões do estado, incentiva grandes, médias, pequenas e microempresas, prioriza a inclusão educacional e digital e dialoga com os movimentos sociais.

Paim ressaltou ainda que o governo gaúcho instituiu a Política Estadual de Combate à Pobreza Extrema e o Programa Casas da Solidariedade, de apoio à rede do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado. Ele informou ainda que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai financiar o Plano de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, a reorganização da Companhia Rio-Grandense de Saneamento e a recapitaliza-



Parceria entre os governos federal e gaúcho vai gerar bons frutos, diz Paim

ção da Nossa Caixa.

– Tenho certeza absoluta de que a parceria do governo do Rio Grande do Sul e do governo federal tem tudo para dar certo e vai gerar bons frutos por muitos anos para o Rio Grande e para o Brasil.

Planos de saúde

Paim aproveitou para criticar os planos de saúde privada no Brasil. Grande parte desses planos, disse ele, apresenta inúmeras deficiências, irregularidades, distorções, abusos e inoperâncias que acabam por prejudicar o cidadão que paga em dia as altas mensalidades.

– Resta ao Estado regulamentar e vigiar a atuação das firmas ligadas ao setor, de modo a evitar que a comercialização da saúde não desumanize por inteiro o já dramático processo de interação entre pacientes, médicos e hospitais – opinou.

Gilvam pede por conclusão de cinco obras federais no Amapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) – coordenador da bancada de seu estado no Congresso – pediu ontem a conclusão de cinco obras federais no Amapá. A primeira foi a sede da Superintendência Regional da Polícia Federal. Segundo ele, a bancada apresentou emenda no valor de R\$ 11 milhões para a construção, cuja licitação já foi realizada, mas os recursos ainda não foram liberados.

– Estaremos brevemente inaugurando a ponte binacional, sobre o rio Oiapoque, que nos trará uma ligação não só física, mas também multicultural com o continente europeu [Guiana Francesa] – justificou o senador, para quem a rota do turismo da Europa será reconfigurada, com milhares de europeus ingressando no país pela fronteira amapaense.

O parlamentar também pediu a conclusão da sede da Justiça Federal do Amapá, cuja obra já está 60% concluída. A bancada, informou Gilvam Borges, conseguiu garantir recursos no valor de R\$ 35 milhões para a construção, onde serão instaladas seis varas da Justiça Federal.

O senador pediu ainda a construção da BR-210, que irá ligar o Amapá a Roraima



Gilvam destaca inauguração, em breve, de ponte sobre o Oiapoque

pela Venezuela. E agradeceu ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) por outra obra – esta em andamento – do trecho sul da BR-156, que liga Macapá a Vitória do Jari, Laranjal do Jari e Mazagão.

Outro pleito de Gilvam Borges foi a liberação de recursos pela Caixa Econômica Federal para que a prefeitura de Laranjal do Jari conclua o projeto sobre a ponte do rio Jari.

– Quero fazer esse apelo à presidenta Dilma para que essas cinco obras estratégicas no estado do Amapá sejam olhadas com carinho, pois o corte delas nos atrasará e muito – afirmou.



Lindbergh (C) em reunião com representantes do Executivo, da sociedade e do MP: objetivo é regulamentar convenção da ONU

Senado pode ter comissão sobre direitos de deficientes

Comissão especial, que seria instalada após o Carnaval, teria como objetivo tratar da implementação de prerrogativas previstas na legislação para pessoas com deficiência

O SENADOR LINDBERGH Farias (PT-RJ) se reuniu ontem com parlamentares e representantes do Poder Executivo, do Ministério Público e de diversas instituições envolvidas na luta por políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência.

No encontro, foi acatada a proposta do senador de criação de uma comissão especial no Senado, após o Carnaval, para tratar da implementação dos direitos previstos na legislação para as pessoas com deficiência. O colegiado deverá cuidar da regulamentação da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 2006 pela Organização das Nações Unidas

(ONU) e ratificada pelo Brasil em julho de 2008.

Os participantes ficaram de definir, na próxima segunda-feira, a metodologia de trabalho que o colegiado deverá seguir. As discussões poderão ser realizadas em reuniões com representantes de áreas específicas de deficiência, como deficientes auditivos ou visuais.

Ao destacar a necessidade urgente de aperfeiçoamento da legislação brasileira sobre pessoas com deficiência, visando dar maior efetividade a essas leis, Lindbergh defendeu também a inclusão do tema em pauta nacional.

– Apesar de o assunto dizer

respeito a tantas pessoas no Brasil, não estamos no centro dos debates de políticas nacionais. Acho que a primeira tarefa da comissão é passar por cima das divergências. O que for objeto de muita divergência podemos deixar de lado – disse Lindbergh.

Participaram da reunião representantes dos ministérios da Saúde, da Educação, dos Transportes e da Cultura, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), da Federação Nacional das Associações de Síndrome de Down, do Comitê Paraolímpico Brasileiro e membros do Ministério Público, entre outros.

Mozarildo: falta investimento na educação

Depois de citar reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* que revela quanto o Brasil está atrasado na área educacional, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que 17% dos professores não têm formação ideal para dar aula. Para ele, a culpa por essa situação é do governo – municipal, estadual e federal –, que não investe na qualificação e na reciclagem do professor.

– O jornal diz que o país não pode prescindir dos professores, ilegais ou não. Isso é, tendo ou não tendo formação necessária e requerida, o país não pode abrir mão desses professores. Eu lamento que não haja atenção com o professor – afirmou.

Mozarildo assinalou que não há como pensar em ter uma educação melhor se não há um número suficiente de professores e os que existem ainda não têm a qualificação ideal para dar aula. Outra questão abordada pelo senador é a informação do Ministério da Educação dando conta que, a cada ano, diminui a



Mozarildo lembra que a cada ano diminui procura pelo curso de Pedagogia

procura pelo curso de Pedagogia e pelas licenciaturas. Em sua avaliação, falta estímulo financeiro àqueles que pensam em seguir a carreira, pois o salário de professor "é imoral".

O senador também lamentou que, em recente programa internacional de avaliação de alunos, Roraima tenha conseguido o segundo lugar no quesito "gasto na educação", mas tenha ficado

em 18º lugar na avaliação geral. Essa mesma avaliação mostra que o Distrito Federal foi o que mais gastou corretamente com educação, pois ficou em primeiro lugar.

– Lamento que o governo de Roraima, pelo menos de 2007 para cá, não tenha levado a sério a aplicação do dinheiro na educação, na saúde e na segurança – disse Mozarildo.

Ideia foi levada pelo senador ao fórum de governadores da região, realizado ontem, em Aracaju. O ex-governador do Piauí defende uma união suprapartidária envolvendo Executivo, Legislativo e setor privado para fortalecer proposta



Reunião de governadores em Aracaju teve presença da presidente Dilma Rousseff: criação de subcomissão alavancaria agenda política e social para o Nordeste

Wellington Dias propõe reativar a Subcomissão do Nordeste na CDR

O FÓRUM DE Governadores do Nordeste recebeu bem a proposta de recriação da Subcomissão Temporária do Nordeste dentro da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado. A ideia, que também já conta com o apoio da bancada nordestina na Casa, foi levada ao evento – realizado ontem em Aracaju – pelo senador Wellington Dias (PT-PI). Ele pretende apresentá-la na CDR na próxima semana, logo após a eleição do presidente e do vice-presidente do colegiado para o biênio 2011-2013.

– Creio que a proposta reflete o *slogan* do fórum: “Nordeste unido e Brasil mais forte”. Essa união suprapartidária entre os

Poderes Legislativo e Executivo e o setor privado vai permitir que se acelere um conjunto de metas prioritárias para a região – disse Wellington Dias.

Ex-governador do Piauí, o parlamentar pretende aproveitar o evento para começar a montar uma pauta voltada aos interesses da região. Entre os temas, destacou a definição de uma política de incentivo à aviação regional e de um marco regulatório para o setor de mineração.

Educação e saúde também devem merecer atenção dessa subcomissão, segundo Wellington Dias. Além da ampliação da contrapartida financeira da União ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

(Fundeb), o senador reivindica a regulamentação da Emenda 29/00 – que assegura recursos mínimos para custeio da saúde pública – e a criação da Contribuição Social da Saúde (CSS).

Na esfera tributária, defende a revisão da cota-parte da União dentro dos fundos de Participação de Estados (FPE) e de Municípios (FPM), ampliando-se o repasse em dois pontos percentuais para os estados e em um ponto percentual para os municípios.

Essa pauta deve conter ainda propostas para uma nova sistemática de distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de forma a deslocar sua arrecadação



Wellington Dias já trabalha na pauta de temas para a subcomissão

da origem para o destino do bem, e de repartição dos *royalties* do pré-sal, do gás e da mineração.

Vital comemora “compromisso de alma” de Dilma com a região

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) comemorou ontem a declaração da presidente Dilma Rousseff de que tem “um compromisso de alma” com a região Nordeste. A afirmação foi feita no 12º Fórum de Governadores do Nordeste.

Na ocasião, explicou o senador, Dilma declarou só ser possível reduzir a desigualdade regional se for feito na região um pouco mais do que o que foi feito no resto do Brasil, já que lá existe uma trajetória de desigualdade que vem da oligarquia e da escravidão. Os eleitores nordestinos foram os que mais apoiaram, proporcionalmente, a candidatura de Dilma nas eleições de 2010.

– Para nós, nordestinos, para este paraibano, receber essa declaração e sentir o peso dessa afirmação faz com que eu me sinta extremamente satisfeito com o apoio e o voto que dei para a presidente Dilma Rousseff – afirmou.

Para o senador, tal compromisso soa essencial frente ao corte de R\$ 50 bilhões do Orçamento da União, anunciado pela equipe econômica no início do mês, com o intuito de manter a estabilidade econômica do país.



Vital se disse satisfeito com o apoio e o voto dados a Dilma Rousseff

Aviação

Ele também leu uma nota da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional (Abetar) mostrando o crescimento da aviação regional, mas também evidenciando o esgotamento da infraestrutura aeroportuária e a falta de profissionais qualificados, desafios que devem ser vencidos com a ajuda da Abetar.

O parlamentar pediu ainda à presidente Dilma que instale a Secretaria Nacional de Aviação Civil.

– Não podemos fazer feio nos grandes eventos mundiais que estão se aproximando – disse.

Alvaro diz que dívida real do governo já ultrapassa R\$ 2,4 tri

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o governo tem uma “assombrosa dívida pública paralela, com roupagem fantasma”, cuja existência não é contabilizada pelo Tesouro Nacional. De acordo com o líder da oposição, o governo declara uma dívida interna de R\$ 1,7 trilhão, mas ela já ultrapassa R\$ 2,4 trilhões.

O parlamentar disse que os sucessivos empréstimos do governo ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) “são, na verdade, aporte de capital, manobra para impedir que o dinheiro seja contabilizado na conta da dívida líquida”.

Alvaro lembrou que, contra o voto de seu partido, o Congresso Nacional aprovou, há duas semanas, uma medida provisória conferindo R\$ 90 bilhões ao BNDES. De acordo com ele, um novo empréstimo, de R\$ 55 bilhões, será em breve concedido ao banco.

– Empréstimo do Tesouro ao BNDES para emprestar a empresas privilegiadas que terão que pagar juros de apenas 4,5%, ou seja, o povo brasileiro estará subsidiando os juros praticados pelo BNDES a favor de empresas que já foram beneficiadas com



Alvaro cita “manobras” para ocultar dívida, com empréstimos ao BNDES

obras públicas de porte no país – ressaltou.

Na avaliação do senador, a dívida não declarada se completa com as transferências internas do Tesouro para o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Eletrobras e a Petrobras. Ele informou que a contabilidade paralela do governo foi reconhecida e comentada recentemente em artigos dos professores Rogério Werneck e Gesner Oliveira.

Alvaro Dias protestou também contra a iniciativa de alguns governadores de apoiarem a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Petecão: volta do fuso horário no Acre é definitiva

A volta do antigo fuso horário do Acre depende apenas de procedimentos administrativos do governo federal e do governo do estado, já tendo sido atendidas todas as exigências legais para assegurar eficácia ao referendo que rejeitou mudança de horário adotada desde 2008. Esse é o entendimento do senador Sérgio Petecão (PMN-AC), relator da consulta sobre o assunto, feita à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pela Presidência do Senado.

Junto com o segundo turno das eleições, em 31 de outubro, os eleitores do Acre decidiram, em referendo, voltar ao horário legal que vigorou no estado por 86 anos (Lei 2.784/13). Segundo resultado divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 56,87% da população rejeitou a alteração do fuso promovida por lei aprovada ao fim de 2008 (Lei 11.662/08). Com isso, o horário oficial no estado deve passar a ter duas horas a menos em relação a Brasília, e não uma hora, como definia a lei de 2008.

Conforme explica Sérgio Petecão, o resultado da consulta popular foi proclamado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre após as eleições e homologado pelo TSE no dia 4 de fevereiro. Dessa forma, o relator considerou “desnecessária a edição de qualquer ato normativo pelo Senado ou pelo Congresso com o propósito de conferir eficácia jurídica ao resultado do referendo”.

Esse entendimento será submetido amanhã à CCJ, que deve opinar sobre consulta da Presidência quanto à necessidade ou não de providência frente ao ofício enviado pelo presidente do TSE, Ricardo Lewandowski, informando sobre a homologação da consulta popular no Acre. Se aprovado o voto de Petecão, a CCJ recomendará o envio de cópia do entendimento à presidente da República e ao governador do Acre, “para que aquelas autoridades possam tomar as necessárias providências administrativas a seu cargo”.

Nesse caso, poderá ter fim a discussão que surgiu logo após a aprovação do referendo: uma corrente apontava a necessidade de nova lei para alterar o horário no Acre e outra considerava a homologação do referendo suficiente para resolver a questão.



Petecão defende que resultado do referendo no Acre é suficiente